

POLÍTICA
PÚBLICA
EM DEZ
PASSOS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTROS

Ministra Ana Arraes, **Presidente**

Ministro Bruno Dantas, **Vice-presidente**

Ministro Walton Alencar Rodrigues

Ministro Benjamin Zymler

Ministro Augusto Nardes

Ministro Aroldo Cedraz

Ministro Raimundo Carreiro

Ministro Vital do Rêgo

Ministro Jorge Oliveira

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Ministro Augusto Sherman

Ministro Marcos Bemquerer

Ministro André Luis de Carvalho

Ministro Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado da Costa e Silva, **Procuradora-Geral**

Lucas Rocha Furtado, **Subprocurador-Geral**

Paulo Soares Bugarin, **Subprocuradora-Geral**

Marinus Eduardo de Vries Marsico, **Procurador**

Júlio Marcelo de Oliveira, **Procurador**

Sergio Ricardo Costa Caribé, **Procurador**

Rodrigo Medeiros de Lima, **Procurador**

POLÍTICA
PÚBLICA
EM DEZ
PASSOS

Brasília, 2021

Brasil. Tribunal de Contas da União.
Política pública em dez passos / Tribunal de Contas da União. – Brasília:
Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex); Secretaria de Orientação,
Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção
(Soma), 2021.

32 p. : il. color.

1. Política pública. 2. Gestão pública. 3. Governança. I. Título.

Sumário

● **Apresentação**
p. 8

● **Introdução**
p. 10

● **Passo 1**
Caracterize os problemas públicos tratados pela política pública
p. 12

● **Passo 2**
Assegure transparência no processo de inclusão dos problemas públicos na agenda pública
p. 14

● **Passo 3**
Formule a política pública com base em evidências que demonstrem sua capacidade de solucionar os problemas públicos e gerar valor ao menor custo possível
p. 16

● **Passo 4**
Assegure que o processo de tomada de decisão quanto à escolha da política seja aberto (motivado, transparente e participativo)
p. 18

● **Passo 5**
Desenhe e institucionalize a política pública
p. 20



● **Passo 6**

Institucionalize estruturas de governança e de gestão necessárias à implementação da política pública
p. 22

● **Passo 7**

Institucionalize o plano de implementação da política pública
p. 24

● **Passo 8**

Assegure que as fontes de financiamento da política pública estejam aderentes às normas e às boas práticas que regem as finanças públicas
p. 26

● **Passo 9**

Assegure que a política opere de forma consistente e que seu desempenho seja satisfatório, em termos de eficiência e de alcance de objetivos de curto prazo
p. 28

● **Passo 10**

Assegure que os resultados e os impactos da política pública sejam satisfatórios
p. 32

● **Conclusão**

p. 34



Apresentação

O Brasil enfrenta muitos desafios para desenhar, implementar e avaliar políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para redução das desigualdades sociais e regionais. Elas precisam ser aprimoradas, com vistas a viabilizar o pleno desenvolvimento social e econômico do País.

Diante do cenário atual de limitação de recursos destinados ao financiamento de ações públicas, faz-se necessária a adoção de práticas transparentes e mais racionais sobre escolha, formulação e execução de políticas que, de fato, entreguem valor para a sociedade.

É importante que as políticas públicas sejam concebidas, desde o início, de maneira que seu desempenho e o alcance de seus objetivos possam ser acompanhados pela sociedade e pelos gestores encarregados da execução. O processo de avaliação, antes, durante e após a implementação da política, fornecerá informações relevantes e fundamentadas sobre o sucesso ou a falha das intervenções efetivadas. Essas informações são essenciais para subsidiar o processo decisório acerca da continuidade do curso de ação, da revisão da concepção, de mudanças no curso de implementação ou, até mesmo, da indicação sobre a necessidade de extinção da política escolhida.

O Tribunal de Contas da União, em seu papel orientador, procura oferecer sua contribuição por meio da divulgação de subsídios, **os quais visam ao aprimoramento das políticas públicas, para que estas alcancem seus objetivos, de maneira legítima, econômica, eficaz e eficiente e, assim, possam atender os cidadãos.** A indução da melhoria da qualidade das políticas públicas é essencial para que possamos transformar o País em uma nação mais próspera e igualitária.

É com esse objetivo que apresento a publicação “Política Pública em Dez Passos”, roteiro prático destinado aos gestores públicos de todo o Brasil. Trata-se de compilação de boas práticas selecionadas em referenciais nacionais e internacionais, atos normativos, documentos técnicos, artigos, publicações especializadas, com destaque para guias de referência produzidos pela Inter-

national Organization of Supreme Audit Institutions (Intosai), Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), U.S. Government Accountability Office (GAO) e pelo U.K. National Audit Office (NAO).

A intenção é apoiar os gestores dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e da União, para que possam adotar as melhores práticas na implementação das políticas públicas, utilizar os recursos disponíveis de maneira mais eficiente e entregar produtos e serviços com maior qualidade.



Ana Arraes

Presidente do Tribunal de Contas da União



Introdução

Políticas públicas podem ser definidas como o conjunto de diretrizes e intervenções emanadas do estado, feitas por pessoas físicas e jurídicas, públicas e/ou privadas, com o objetivo de tratar problemas públicos e que requerem, utilizam ou afetam recursos públicos.

São crescentes as demandas sociais pela transparência, racionalização dos gastos públicos, bens e serviços de qualidade e investimentos em infraestrutura, saúde, educação, mobilidade urbana, habitação e segurança. Elas requerem uma atuação governamental pautada em boas práticas para formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

O Tribunal de Contas da União publicou documento que apresenta a compilação de boas práticas aplicáveis a órgãos e entidades da Administração Pública: o Referencial de Controle de Políticas Públicas, com objetivo de contribuir para a melhoria das intervenções governamentais.

De acordo com esse referencial, para que os estágios de políticas públicas (formulação, implementação e avaliação) sejam realizados de maneira adequada, algumas fases devem ser cumpridas com a adoção de boas práticas nacionais e internacionais para políticas públicas de qualidade. Essas fases são: diagnóstico do problema, formação da agenda, análise de alternativas, tomada de decisão, desenho e institucionalização da política, estruturação da governança e gestão, alocação e gestão de recursos orçamentários e financeiros, operação, monitoramento e avaliação.

Diagnóstico do problema refere-se ao conjunto de práticas voltadas para a identificação do problema, sua delimitação e caracterização, identificação de público alvo e de possíveis causas, efeitos e formas de tratamento.

Formação da agenda pública envolve a escolha do conjunto de problemas ou temas considerados merecedores de intervenção pública.

Desenho da política pública contempla a caracterização da política com base em modelo lógico que explicita, entre outras coisas, seus objetivos, produtos, atividades, resultados e impactos.

Análise de alternativas se desenvolve por meio de escrutínios formais ou informais das consequências do problema e confronta aspectos como custos-benefícios e custo-efetividade de cada alternativa disponível para apoiar o processo de tomada de decisão.

Tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema são explicitadas.

Estruturação da governança e gestão envolve a definição das estruturas de governança, de gestão de riscos e controles internos, de monitoramento e de avaliação da política pública, bem como do plano de implementação da política, dos processos e operações necessários ao seu funcionamento.

Alocação e gestão de recursos orçamentários e financeiros compreende, entre outras coisas, a identificação das fontes de financiamento e a disponibilização tempestiva de créditos orçamentários e recursos financeiros necessários à implementação da política pública.

Operação e monitoramento é o momento em que regras, rotinas e processos são convertidos de intenções em ações e no qual se produzem os resultados concretos da política pública.

Avaliação diz respeito ao processo de julgamento deliberado sobre a validade de propostas para a ação pública ou inação, bem como sobre o sucesso ou falha de intervenções executadas. O resultado da avaliação pode subsidiar a continuidade do curso de ação, a revisão da concepção, mudanças no curso de implementação ou, até mesmo, a indicação de necessidade de extinção da política pública.

Os gestores públicos são responsáveis por conduzir o ciclo de políticas públicas por meio da execução dessas fases. No intuito de apoiá-los nessa tarefa, o TCU elaborou uma lista de dez passos que, se bem observados, contribuirão para a melhoria da política pública. Assim, serão apresentados os passos e as boas práticas que os gestores podem adotar para serem exitosos nessa nobre empreitada.



Passo 1

Caracterize os problemas públicos tratados pela política pública

Um importante passo para realizar a proposição de uma nova política pública é caracterizar bem o problema a ser tratado, por meio de um diagnóstico que contenha evidências de que o problema ocorre, em que região é mais grave e qual população atinge.

Além de identificar claramente o problema que enseja a proposta, deve-se identificar e evidenciar potenciais causas e efeitos para a ocorrência desse problema.

Um problema público bem caracterizado permite fundamentar a tomada de decisão e potencializar os resultados do processo de formulação das políticas públicas.



O que você pode fazer para dar esse passo?

- Identifique e evidencie os problemas públicos tratados pela política pública;
- Identifique e levante evidências acerca das prováveis causas e consequências dos problemas públicos;
- Identifique a população que possivelmente está envolvida ou é afetada pelos problemas públicos.



Passo 2

Assegure transparência no processo de inclusão dos problemas públicos na agenda pública

A agenda governamental é constituída pelo conjunto de problemas públicos reconhecidos como prioritários e de maior relevância pela sociedade e pelo governo, e que deverão ser solucionados com maior urgência.

A legitimação de um problema na pauta pública passa por um processo de avaliação preliminar que deve ser transparente. Ou seja, os motivos que determinaram a decisão de inclusão do problema na agenda formal devem ser objetivamente explicitados.

Além disso, é importante deixar claro quais agentes públicos e privados incluíram o problema na agenda pública.

No processo de inclusão do problema na agenda pública, vale ainda explicitar e gerenciar possíveis conflitos de interesse existentes entre os agentes participantes.



O que você pode fazer para dar esse passo?

- Identifique claramente os agentes responsáveis pela inclusão do problema na agenda pública;
- Gerencie os possíveis conflitos de interesse dos participantes do processo de inclusão do problema na agenda pública.



Passo 3

Formule a política pública com base em evidências que demonstrem sua capacidade de solucionar os problemas públicos e gerar valor ao menor custo possível

Essa fase do ciclo de políticas públicas envolve a formulação, ou identificação, de possíveis alternativas de tratamento do problema público.

O principal objetivo desta etapa é o de avaliar custos, benefícios e riscos de formas alternativas de tratamento do problema público. A finalidade é explicitar potenciais efeitos, compensações e impacto da escolha e fornecer uma base objetiva de evidências para os tomadores de decisão.

Portanto, é fundamental que haja estudos, evidências e análises estruturadas para que as alternativas possam ser julgadas de maneira objetiva. Assim, é possível verificar se a política adotada representou a alternativa mais vantajosa para tratar o problema, frente a outras alternativas de solução.

Deve ser evidenciado ainda, por meio de simulações, testes e/ou estudos qualitativos e quantitativos, que a política contribui para a resolução do problema público.

Outro aspecto importante é a identificação e a análise de potenciais fragmentações, duplicidades, sobreposições e lacunas entre políticas públicas, de maneira que sejam tomadas medidas para evitar esse tipo de ocorrência.



O que você pode fazer para dar esse passo?

- Desenhe a lógica de intervenção da política pública com base em evidências;
- Selecione a política pública que represente a alternativa mais vantajosa para tratar o problema, frente a opções viáveis de intervenção;
- Assegure que a política contribua para a resolução do problema público;
- Confronte a política com outras intervenções planejadas ou em execução para evitar fragmentações, duplicidades, sobreposições e lacunas.



Passo 4

Assegure que o processo de tomada de decisão quanto à escolha da política seja aberto (motivado, transparente e participativo)

O processo de tomada de decisão ocorre após a avaliação das alternativas, quando há a escolha pela adoção de uma política pública. A tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema são explicitadas.

Assim, os motivos que sustentam a decisão de adotar a política pública devem estar claros. Além disso, deve haver transparência em relação aos agentes que formularam e tomaram a decisão quanto à escolha da política.

Esse processo de formulação e escolha da política deve ser participativo. Deve envolver, além da participação social, o engajamento de outras esferas de governo, de representantes de outros poderes e de outros setores afetados pela política.

Possíveis conflitos de interesse dos participantes do processo decisório para escolha da política também devem ser explicitados e gerenciados por meio de mecanismos de controle.

Um processo aberto e participativo legitima a escolha da política pública.



O que você pode fazer para dar esse passo?

- Explícite objetivamente os motivos que determinaram a decisão quanto à escolha da política;
- Estabeleça um processo de formulação e escolha da política participativo;
- Estabeleça um processo decisório em que os agentes responsáveis pela formulação e tomada de decisão quanto à escolha da política estejam claramente identificados;
- Gerencie possíveis conflitos de interesse dos participantes da formulação e do processo decisório para escolha da política pública.



Passo 5

Desenhe e institucionalize a política pública

Esse passo refere-se ao desenho e à formalização da política e dos elementos que a caracterizam. Corresponde ao planejamento da política antes de ser colocada em prática.

Inicialmente é importante que a política pública seja oficializada por meio de ato normativo apropriado à matéria que a política visa disciplinar e com a devida observância dos princípios da administração pública.

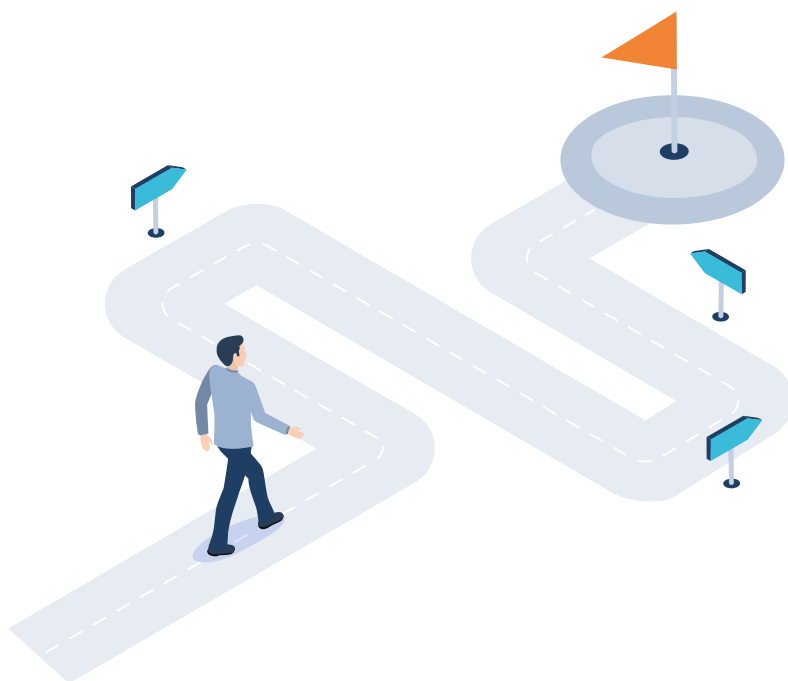
Um dos caminhos para se desenhar a política pública é caracterizá-la com base em modelo lógico que explicita, entre outras coisas, seus objetivos, insumos, produtos, atividades, resultados e impactos. O modelo lógico é representado por um fluxo que estabelece conexão entre os resultados pretendidos e os recursos e ações necessários ao alcance daqueles, de maneira a garantir a transparência da política pública e viabilizar seu acompanhamento e avaliação pela sociedade que a financia ou é por ela afetada.

Também deve ser apresentada de forma clara e objetiva a teoria que sustenta a política, explicitando a maneira como ela incide sobre as causas e mitiga os efeitos do problema.

É importante que a política apresente ainda objetivos claros, logicamente coerentes, específicos, mensuráveis, apropriados (relevantes), realistas (alcançáveis) e delimitados no tempo.

Para mensurar o alcance dos objetivos definidos para a política pública, são necessários indicadores, linha de base dos indicadores e metas objetivas de entrega de produtos, de desempenho e de alcance de resultados. Ou seja, já no próprio desenho deve haver a previsão de elementos para que a política seja futuramente passível de avaliação.

Outro aspecto fundamental é a delimitação e a caracterização do público-alvo da política, com base em estudos e estimativas. Também é importante a definição de critérios objetivos para priorização e seleção de beneficiários para que a política atinja a população que é mais afetada pelo problema. O estabelecimento de condicionalidades ou critérios de elegibilidade objetivos é essencial para avaliação da eficácia da política pública.



O que você pode fazer para dar esse passo?

- Oficialize a política pública em ato normativo;
- Garanta que a política pública seja institucionalizada por meio de ato normativo apropriado e com a devida observância dos princípios da administração pública;
- Estabeleça para a política uma teoria clara que expresse, de forma objetiva, como a política incide sobre as causas do problema, projetando seus resultados e impactos de longo prazo;
- Estabeleça para a política um modelo lógico que detalha insumos, intervenções (p. ex. programas e ações), produtos, resultados e impactos;
- Estabeleça para a política objetivos claros, logicamente coerentes, específicos, mensuráveis, apropriados (relevantes), realistas (alcançáveis) e delimitados em um recorte temporal;
- Defina para a política indicadores de efetividade, eficácia e eficiência;
- Estabeleça para a política uma linha de base;
- Estabeleça para a política metas objetivas de entrega de produtos e de alcance de resultado;
- Delimite e caracterize bem o público-alvo que será alcançado pela política pública.



Passo 6

Institucionalize estruturas de governança e de gestão necessárias à implementação da política pública

A estruturação da governança e da gestão envolve a institucionalização de estruturas de coordenação e coerência, de gestão operacional, de gestão de riscos e controle interno, de monitoramento, avaliação e de *accountability*. Inclui-se, para cada uma delas, a definição de processos de trabalho, arranjos institucionais, papéis e responsabilidades.

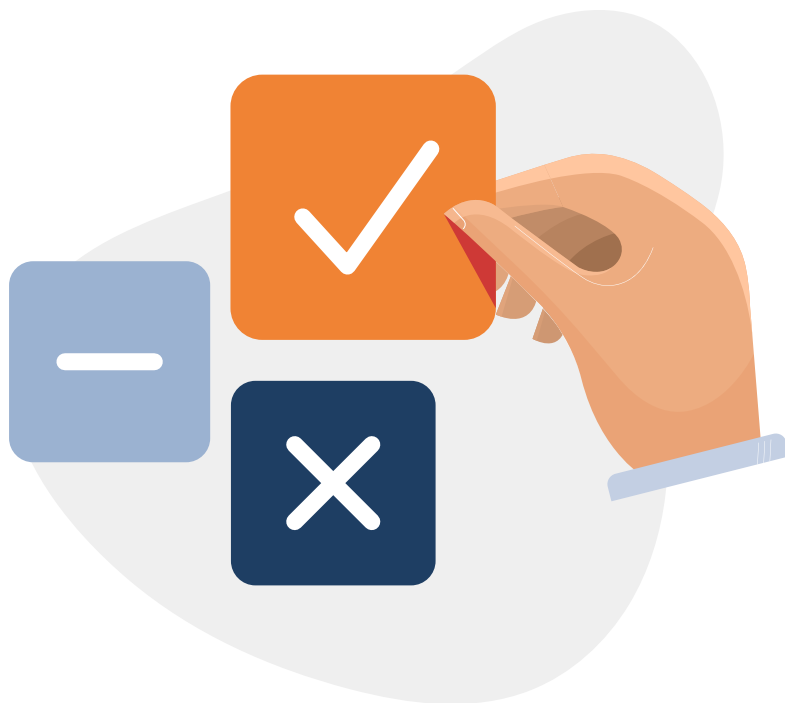
Assim, a atuação governamental conjunta e os papéis, competências e responsabilidades das partes envolvidas na política pública devem ser formalmente definidos para viabilizar a coerência, a integração e a sinergia das ações. Essa atuação pode ser estabelecida por meio de mecanismos de articulação, comunicação e colaboração, que são estabelecidos para alinhar estratégias e operações.

Deve haver uma política de gestão de riscos e controles internos para gerenciar os riscos que possam afetar o alcance dos objetivos da política pública, com instâncias responsáveis, competências e processos de gestão de riscos bem definidos.

Também devem ser definidas e formalizadas estruturas de monitoramento e avaliação para acompanhar a implementação, o progresso e o desempenho da política pública.

Os Instrumentos de *accountability* da política pública devem ser implementados com vistas a garantir a transparência de decisões e ações, tomadas no âmbito da política, bem como de seus efeitos. Assim, as decisões tomadas e os dados que as subsidiaram são registrados e tornados públicos.

Além disso, mecanismos de comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da política pública devem ser estabelecidos de maneira a fortalecer o acesso público à informação. Deve haver ainda prestação de contas periódica do desempenho da política.



O que você pode fazer para dar esse passo?

- Institucionalize as estruturas de coordenação;
- Garanta que os atores governamentais envolvidos com a política pública atuem de maneira coerente e coordenada entre si;
- Institucionalize estruturas de gestão de riscos e controles internos;
- Institucionalize estruturas de monitoramento e avaliação;
- Institucionalize estruturas de *accountability*.



Passo 7

Institucionalize o plano de implementação da política pública

O plano de implementação sintetiza a estratégia governamental para tratamento do problema público, detalhando escopo, diretrizes, objetivos, indicadores, metas, custos, recursos e outros elementos necessários ao bom planejamento e ao controle da ação governamental em benefício da sociedade.

No plano de implementação da política, são definidos os processos e operações necessários ao seu funcionamento e são contemplados aspectos como gerenciamento do escopo, dos prazos de implementação, dos custos, da qualidade, dos riscos, dos controles internos e dos recursos (financeiros, físicos, tecnológicos e humanos).

Ou seja, a elaboração do plano de implementação da política contempla a definição dos meios necessários para efetivação das ações propostas com vistas ao atingimento das metas e ao alcance dos objetivos da política pública. É o momento em que regras, rotinas e processos são convertidos de intenções em ações e no qual se produzem os resultados concretos da política pública.

Também é importante que haja um plano de monitoramento e avaliação sistêmica da política pública, com base em indicadores e metas bem definidos para acompanhar o desempenho da política pública.



O que você pode fazer para dar esse passo?

- Gerencie o escopo da política;
- Gerencie os recursos (financeiros, físicos, tecnológicos e humanos), necessários à implementação da política;
- Gerencie os custos da política;
- Gerencie os prazos de implementação da política;
- Gerencie os riscos e controles internos da política;
- Gerencie a qualidade da implementação da política;
- Acompanhe o desempenho da política.



Passo 8

Assegure que as fontes de financiamento da política pública estejam aderentes às normas e às boas práticas que regem as finanças públicas

A alocação e a gestão de recursos orçamentários e financeiros envolvem, entre outras coisas, a identificação das fontes de financiamento e a disponibilização tempestiva de créditos orçamentários e recursos financeiros necessários à implementação da política pública.

Um dos aspectos fundamentais para o êxito de uma política pública é a adequada alocação de recursos para seu financiamento, o que normalmente se refere à programação de créditos orçamentários e às condições para execução das despesas correspondentes. Mas podem estar incluídas também outras formas, como a concessão de gastos tributários e mecanismos de financiamento providos por instituições financeiras estatais.

As limitações à execução orçamentária ao longo do exercício podem afetar a previsibilidade e a tempestividade da disponibilidade de recursos, o que deve ser considerado na gestão de políticas públicas financiadas pelo orçamento.

Os processos de alocação e gestão dos recursos orçamentários e financeiros ocorrem ao longo de todo o ciclo de vida da política pública. Eles vão desde as análises de viabilidade até a avaliação da eficiência da intervenção governamental e perpassam os processos de planejamento, implementação e monitoramento. Do bom planejamento e da adequada gestão dos recursos depende o êxito de toda política pública.



O que você pode fazer para dar esse passo?

- Identifique adequadamente as fontes de financiamento da política pública;
- Garanta que as fontes de financiamento do tipo “gasto direto” atendam às normas para criação de despesa, notadamente os arts. 16 e 17 da LRF;
- Garanta que as fontes de financiamento do tipo “gasto indireto” atendam às normas vigentes, notadamente o art. 14 da LRF e os dispositivos da LDO que estabelecem condições para medidas que gerem renúncias de receitas;
- Acompanhe e avalie o impacto orçamentário, financeiro e fiscal da política pública de forma sistemática;
- Defina informações de desempenho para a política pública que sejam compatíveis com as informações de desempenho do PPA, com a Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD) e demais instrumentos de planejamento correlacionados;
- Gerencie os riscos de implementação da política pública decorrentes de limitações fiscais e orçamentárias (a exemplo de teto de gastos e contingenciamento);
- Demonstre a sustentabilidade fiscal da política pública com base em projeções de médio prazo;
- Contemple na política pública a dimensão interfederativa de financiamento dessa política;
- Paute a seleção dos instrumentos de financiamento da política pública em critérios de eficiência.



Passo 9

Assegure que a política opere de forma consistente e que seu desempenho seja satisfatório, em termos de eficiência e de alcance de objetivos de curto prazo

Operação diz respeito ao lapso temporal no qual um conjunto de intervenções são postos em prática com vistas ao tratamento de problemas públicos. É nessa fase que as estruturas (p. ex. processos, pessoas, sistemas) entram em funcionamento e produzem resultados.

Durante a operação da política pública busca-se garantir que a intervenção funcione conforme o planejado, que o desempenho seja eficiente e adequado, que sejam entregues produtos e serviços de qualidade ao menor custo possível e que os objetivos sejam alcançados (eficácia).

Assim, é importante que os recursos necessários à implementação da política sejam disponibilizados em quantidade suficiente e com qualidade adequada, frente a parâmetros estabelecidos.

Os produtos e serviços ofertados por meio da política também devem atender a níveis de serviço estabelecidos e padrões de qualidade, para que os beneficiários dos produtos e usuários dos serviços prestados por meio da política pública estejam satisfeitos.

Os custos de operação da política devem ser razoáveis frente aos seus benefícios, de maneira a manter níveis satisfatórios de eficiência e economicidade.

Além disso, é fundamental que sejam realizadas avaliações periódicas para verificar se houve alcance de objetivos, resultados e metas de desempenho estabelecidos para a política pública. Deve haver ainda transparência em relação a essas informações sobre o desempenho de indicadores, alcance de metas e desempenho da política, por meio da publicação, em formato aberto e acessível ao cidadão, de avaliações, prestação de contas e relatórios gerenciais.

Deve-se assegurar também que os resultados das avaliações sejam utilizados e orientem o processo decisório dos responsáveis pela gestão da política pública.



O que você pode fazer para dar esse passo?

- Assegure que recursos (p. ex. humanos, materiais, orçamentários, financeiros) necessários para a implementação da política sejam disponibilizados e utilizados de forma satisfatória;
- Assegure que a eficiência (alocativa, operacional e econômica) da política pública apresente desempenho satisfatório;
- Assegure que os produtos e serviços oferecidos por meio da política pública atendam aos critérios de qualidade estabelecidos;
- Assegure que os objetivos e resultados de curto prazo da política pública sejam alcançados;
- Assegure que os resultados das avaliações de desempenho sejam reportados e utilizados.



Passo 10

Assegure que os resultados e impactos da política pública sejam satisfatórios

As avaliações realizadas após a implementação da política pública são instrumentos importantes para medição dos efeitos concretos das políticas públicas. Elas permitem aferir o mérito a respeito de relevância, utilidade, resultados, impactos e sustentabilidade, além de trazer transparência quanto à qualidade e ao valor público do gasto. As avaliações permitem ainda orientar decisões acerca da viabilidade e da necessidade de se continuar, otimizar ou extinguir a política pública.

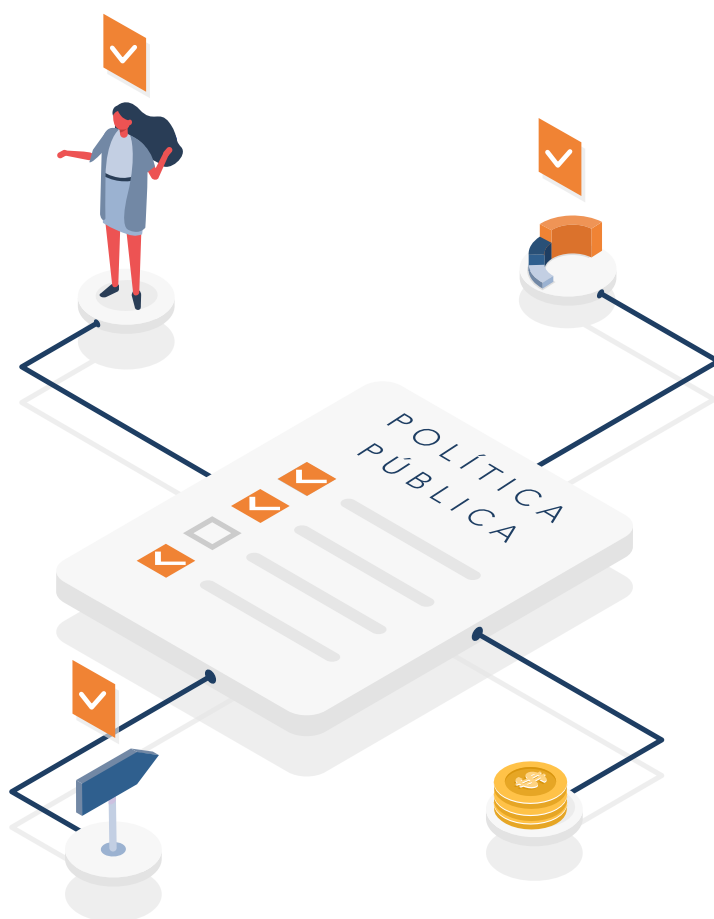
Assim, é importante avaliar a relevância e a utilidade da política pública, ou seja, verificar se os objetivos e as ações governamentais respondem às necessidades dos beneficiários (diretos e indiretos) e aos contextos político, econômico, social e ambiental. Também é essencial analisar se essa resposta continuará a ocorrer caso as circunstâncias mudem.

Outro aspecto fundamental é avaliar a coerência da ação governamental para identificar possíveis fragmentações, duplicidades, sobreposições e lacunas no conjunto de ações governamentais e averiguar a compatibilidade da política com outras intervenções em curso.

A eficácia e a efetividade da política também devem ser avaliadas, para aferir se os objetivos de médio e longo prazo da intervenção foram alcançados e se os resultados esperados da ação governamental foram produzidos.

Deve-se ainda avaliar os impactos da política, para verificar se a intervenção pública produziu efeitos.

Além disso, deve-se avaliar a sustentabilidade da política para estimar em que medida os benefícios da política continuarão a existir.



O que você pode fazer para dar esse passo?

- Assegure que a política esteja alinhada com as demandas da população afetada pelas intervenções e com as prioridades governamentais;
- Assegure que a política esteja coerente internamente e com outras intervenções públicas em curso;
- Assegure que os objetivos e metas da ação governamental sejam alcançados;
- Assegure que a política tenha produzido os resultados esperados;
- Assegure que efeitos da ação governamental sejam sustentáveis.

Conclusão

Ao longo dessa publicação foram apresentadas boas práticas que, se adotadas, permitem incrementar o desempenho das políticas públicas, contribuindo, entre outras coisas, para a entrega de benefícios econômicos, sociais e ambientais para os cidadãos.

Vale lembrar que a obtenção de resultados nas políticas públicas exige, cada vez mais, que as organizações públicas trabalhem em conjunto, de forma articulada, coordenada e coerente. Portanto, em políticas públicas, é fundamental que haja integração vertical para alinhamento entre ações de níveis nacionais e subnacionais. Isso com vistas à produção de resultados coerentes e integração horizontal entre setores ou instituições para gestão de questões transversais, que transcendem os limites de uma política ou organização específica.

Se você, governante ou administrador, tem interesse em implantar boas práticas em políticas públicas na sua organização, não deixe de acessar a página de governança do TCU (<https://portal.tcu.gov.br/referencial-de-controle-de-politicas-publicas.htm>), onde encontrará a íntegra do Referencial de Controle de Políticas Públicas e itens de verificação.



Capa da publicação:
Referencial Controle
de Políticas Públicas.



Link para a
publicação

Responsabilidade pelo Conteúdo

Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex)
Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência
para o CE e o Combate à Corrupção (Soma)

Responsabilidade Editorial

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)
Secretaria de Comunicação (Secom)
Serviço de Criação e Editoração (Secrid)

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Serviço de Criação e Editoração (Secrid)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

SAFS Quadra 4 Lote 1
70.042-900 Brasília - DF

Ouvidoria

Tel.: 0800 644 1500
ouvidoria@tcu.gov.br
Impresso pela Sesap/Segedam



Missão

Aprimorar a
Administração Pública
em benefício da
sociedade por meio
do controle externo.

Visão

Ser referência na
promoção de uma
Administração Pública
efetiva, ética, ágil
e responsável.

tcu.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO